

94/2

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

OS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO
PÚBLICA: 1º e 2º Programas Especiais
de Educação do Estado do Rio de
Janeiro

por

Alexandra Moreira da Costa

Rio de Janeiro
1994.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO.
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS.
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

OS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO
PÚBLICA: 1º e 2º Programa Especial de
Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Trabalho realizado por
Alexandra Moreira da Costa

Rio de Janeiro
1994

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, que duran- ||
te esses quatro anos de es- ||
tudo sempre esteve do meu ||
lado me incentivando e à ||
prof^a Lígia Martha, que sem- ||
pre se mostrou ser muito ||
mais do que uma chefe e pró- ||
fessora: uma grande amiga.

AGRADECIMENTOS

A todas as minhas colegas e
aos professores com os quais
convivi e muito aprendi.

No primeiro capítulo, faço uma referência às propostas de escolas de horário integral que surgiram ao longo da história da educação brasileira, procurando contextualizá-las no momento histórico em que aparecem. //

No segundo capítulo, refiro-me ao 1º Programa Especial de Educação, abordando a alfabetização e a interdisciplinaridade como categorias de análise e descrevendo as atividades de Animação Cultural, Estudo Dirigido, avaliação e os projetos de Educação Juvenil e Alunos Residentes no contexto do CIEP. //

O 2º Programa Especial de Educação é o assunto do terceiro capítulo. Aqui faço as mesmas abordagens e descrições que fiz no capítulo anterior.

Para finalizar, o quarto capítulo é destinado a comparar os dois Programas, abordando as semelhanças e diferenças existentes entre ambos. //

Espero que este trabalho possa contribuir para os estudos que, porventura, venham a surgir sobre as escolas de horário integral. //

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	iv
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. O PRIMEIRO PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO.....	5
2.1. Alfabetização: uma questão importante na proposta pedagógica dos CIEPs	
2.2. Animação Cultural: integrando comuni- dade, cultura e escola	
2.3. A Avaliação	
2.4. No cotidiano, a interdisciplinariedade da proposta.	
2.5. Estudo Dirigido: uma aula de "reforço"	
2.6. Outros projetos do projeto	
3. O SEGUNDO PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO.....	18
3.1. Alfabetização trabalhando a lingua- gem e a escrita	
3.2. Animação Cultural	
3.3. Avaliação continuada	
3.4. O planejamento integrado	
3.5. Estudo Dirigido: trabalhando com a leitura e a pesquisa	
3.6. Outros projetos do projeto	
4. COMPARANDO OS PROGRAMAS ESPECIAIS DE EDUCAÇÃO.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	36

INTRODUÇÃO

Atualmente, as Escolas Públicas de Horário Integral não são realidade apenas nos países do Primeiro Mundo. Algumas propostas de extensão diária têm surgido em nosso país, fazendo-nos crer que através dessas escolas será possível encontrar solução para alguns problemas sociais e educacionais¹. Tais propostas implicam uma retomada do perfil da educação brasileira no que diz respeito a sua história relativamente recente. É nessa retomada do perfil educacional brasileiro que se torna possível encontrar as origens das propostas de "atenção integral" à criança no Brasil.

A concepção de atenção integral à criança se insere na linha progressista de pensamento que foi inaugurada com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, evoluindo e acompanhando diferentes momentos históricos e incorporando concepções teóricas diferentes.

(Cavalieri, 1992 p.8)

Vale ressaltar que, já na década de vinte, começam a se fazer presentes discussões em torno de propostas de atenção integral à criança, ainda que não necessariamente ligadas ao regime de horário integral. Mas já se apontava para algumas necessidades da população a serem supridas pela educação.

A valorização excessiva da educação como um fator capaz de resolver todos os problemas sociais, econômicos e

1. Ver PARO et alli, 1988.

políticos do país foi característica marcante nas décadas de vinte e trinta. Neste período, o acesso das camadas iletradas da população à escola era visto como requisito básico para a democratização da sociedade pois, uma vez solucionado o problema do analfabetismo e da ignorância do povo, seria possível transformar as pessoas em verdadeiros cidadãos capazes de participar da vida política, não apenas através do exercício do voto, mas também de contribuir com seu esforço para a construção de uma nova nação.

No final da década de vinte, começam a surgir as primeiras idéias da Escola Nova na educação brasileira. Opondo-se à "Escola Tradicional", a Escola Nova propunha uma reformulação interna da escola que pudesse dar a cada indivíduo uma educação integral² que o capacitasse a viver como verdadeiro cidadão.

Em 1950, na Bahia, é instalado o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, idealizado por Anísio Teixeira, que tenta || implantar uma escola de período integral voltada para a formação do cidadão³. O Centro Educacional Carneiro Ribeiro era || composto por quatro "escolas-classe" e uma "escola-parque" que visava atender os jovens das classes populares em regime de período integral.

Preocupado com a formação das camadas populares, Anísio Teixeira apoia sua proposta educacional na concepção escolanovista, segundo a qual, a escola é tida como uma ins-

2. O adjetivo "integral" ainda não diz respeito à extensão do período diário de escolaridade e sim ao papel da escola em sua função educativa.

3. Ver EBOLI, Terezinha. Uma Experiência de Educação INtegral 1983.

tituição em condições de contribuir para a instauração de de uma ordem social democrática e liberal. Porém, isso só é possível inculcando, na formação do cidadão, noções de direitos e deveres e também valores como autonomia, responsabilidade, co operação e iniciativa.

Ao final desta primeira metade de nosso século, a Escola Nova apresentou sinais visíveis de exaustão. Enquanto concepção teórica, tornou-se dominante a tal ponto que foi considerada perfeita, portadora de todas as virtudes e de nenhum vício. Porém o que se verificou, na prática, foi uma ineficiência diante da questão da marginalidade⁴.

Entre este período e a década de oitenta, não se ouviu falar em escolas de horário integral. A educação brasileira vivia seu período tecnicista.

Partindo do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogava a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. Assim, o trabalho pedagógico seria semelhante ao trabalho fabril⁵.

Em meados da década de oitenta e início da década de noventa, as propostas de extensão do período diário de escolarização surgiram com maior intensidade. As medidas mais recentes têm merecido uma atenção especial e despertado discussões a respeito da validade ou não dessas propostas.

Estas discussões derivam, com frequência, para o campo das posições passionais, ou para a defesa de interesse

4. Ver SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Ed. Cortez

5. Idem

de grupos de pessoas, sém levar em conta a população alvo de escolarização⁶.

6. Os que argumentam contra a instalação do horário integral criticam o caráter assistencialista que os projetos podem assumir. Os defensores, apresentam a escola de horário integral como a solução necessária para proporcionar às crianças das classes populares um período diário de aprendizagem e de convívio escolar que represente, ao mesmo tempo, a realização da justiça social a essa parcela da população

O PRIMEIRO PROGRAMA ESPECIAL
DE EDUCAÇÃO

Os Centros Integrados de Educação Pública¹ foram implantados em 1985, com objetivos mais abrangentes do que os das escolas tradicionais de 1º grau.

É uma proposta de escola pública de tempo integral, que mantém uma série de atividades (incluindo alimentação, banho e assistência médica) com o objetivo de priorizar a melhoria da qualidade de ensino, ^a Através de uma proposta pedagógica que enfatiza o Estudo Dirigido como forma de elevar o rendimento global dos alunos e procurando integrar a escola à vida comunitária. ||

A teoria que foi sendo construída entre os anos de 1983 e 1988², partiu da definição da política educacional adotada^x pelo governo da época, cujas ~~as~~ diretrizes ressaltavam || a preocupação com a prática educativa que assumisse como prioridade a educação da população de baixa renda buscando, com a participação da comunidade, diminuir as desigualdades sociais². ||

Considerando que a educação tem função integrativa e renovadora da cultura; que a escola nesse nível, deve buscar seus moldes na própria vida em comunidade, fazendo-se ela própria uma comunidade onde o aluno viva e aprenda as relações da soci

1. Os Centros Integrados de Educação Pública são comumente chamados de CIPÊs ou "Brizolões". ||

2. Ler propostas originais em RIBEIRO, Darcy. Livro dos CIEPs.

idade complexa e difícil de que irá participar, propõe-se que a proposta pedagógica do CIEP, a ser gradualmente consolidada, garanta um todo institucional, orientado pelo pressuposto de que deverá caracterizar-se como:

- uma escola que se identifica por uma dinâmica de constante pensar e repensar, realimentadora da prática cotidiana;
- uma escola em que o pensar, o agir e o criar estejam sempre presentes em todo ato docente-discente, embora variando em intensidade, segundo os dados de cada situação;
- uma escola em que conhecimentos, experiências e habilidades se transmudem em atitudes e capacidades harmônicas entre si, individualmente significativas e socialmente desejáveis;
- uma escola concebida como agente na busca de uma nova síntese cultural, espaço em que se confrontam e se enriquecem vários saberes.

(Falas do Professor, 1985)

A proposta pedagógica dos CIEPs, ao invés de escamotear a dura realidade em que vive a maioria de seus alunos, provenientes dos segmentos sociais mais pobres, compromete-se com ela para poder transformá-la.

Um elemento fundamental dessa proposta pedagógica é o respeito ao universo cultural dos alunos. As crianças das classes menos favorecidas da sociedade sabem e fazem muitas coisas através das quais garantem a sua subsistência.

Os princípios democráticos do CIEP, durante o Primeiro Programa Especial de Educação, preconizavam a oferta ao educando "daquele mínimo que a ninguém pode ser negado" no mundo atual. O mínimo ~~de~~^{no} domínio da escrita e da leitura que habilitasse uma pessoa a conviver, trabalhar e progredir. Ao reconhecer e valorizar a vivência e a experiência da criança das classes menos favorecidas, a escola poderia servir de ponte ~~entre~~^{para} o conhecimento formal que é exigido pela sociedade... ||

O essencial era desenvolver no aluno a valorização do ser humano pleno, crítico, atuante e educado, para assim tornar-se um cidadão do mundo, livre dos preconceitos que pudessem impedi-lo na construção de uma sociedade mais justa. Ao invés de transmitir conteúdos desligados da realidade e dos interesses dos alunos, a principal tarefa da escola seria de ajudá-los a desenvolver o raciocínio, para que aprendessem e se sentissem capazes de resolver os problemas que lhes viessem a ser colocados. Isto se daria tanto através do ensino da leitura e do cálculo, quanto através de jogos, brincadeiras, música e teatro. Daí, o papel relevante que o recreio desempenhou na dinâmica dos CIEPs, por ser considerado essencial ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. ||

Era fundamental promover a autoconfiança dos alunos, para que eles sentissem vontade e motivação para aprender cada vez mais, Respeitando as linguagens regionais e a fala coloquial; estimulando as crianças a compreender e questionar a realidade que os cerca, fazendo com que se sentissem valorizadas e apoiadas, além de incitadas a falar, participar, contar suas experiências e comunicar seus pensamentos. ||

2.1 - Alfabetização: uma questão importante na proposta pedagógica dos CIEPs

Segundo o livro "Falas do Professor", nos CIEPs de 1ª à 4ª série, as classes de alfabetização tiveram atenção especial, com tratamento diferenciado no que se refere a material didático e metodologia para alunos novos, repetentes e aqueles que reincidiam na repetência - chamados de "repetentes renitentes"³.

A prioridade que se atribuiu, nos CIEPs, ao programa de alfabetização, apenas antecipou a ênfase que se imprimiu ao ensino da língua portuguesa em todas as séries do 1º grau.

De acordo com a concepção pedagógica dos CIEPs, no Primeiro Programa Especial de Educação, era importante que os professores das diferentes disciplinas articulassem suas atividades de modo não só a facilitar ao aluno a aquisição de conteúdos mas também a proporcionar-lhe o domínio de um instrumental básico à sua educação e comum a todas as ciências: a linguagem.

A proposta do ensino da língua portuguesa visava a aquisição e o desenvolvimento dos instrumentos básicos do pensar, estimulando ao máximo a livre experiência, permitindo a liberdade de expressão emocional e conseqüente base sólida para a aquisição do conhecimento lingüístico.

O professor alfabetizador possuía enorme responsabilidade pela amplitude de sua tarefa, devendo, por isso mesmo, ser consciente politicamente e capaz de refletir criticamente sobre sua prática e realidade de sua turma. Deveria ter

3. Ler propostas originais em RIBEIRO, Darcy. Livro dos CIEPs.

também, o embasamento teórico necessário para ser sujeito de seu trabalho, pois sendo sujeito de suas próprias ações, permitiria aos alunos que também fossem sujeitos de sua própria aprendizagem.

A tarefa do professor alfabetizador foi ainda a de estimular a autonomia do aluno, respeitando os estágios por que passa na formulação de hipóteses sobre a língua escrita, aceitando e estimulando também sua produção de textos; fundamentando-se e refletindo sobre o processo de aquisição da língua escrita.

Seria necessário conhecer e manusear o código culto para que as crianças fossem capazes de subverter a repressão cultural a que estariam submetidas e competir em igualdade de condições com outras camadas da sociedade.

O que se propôs, durante o Primeiro Programa Especial de Educação, foi um trabalho com as diferentes formas de expressão, cabendo à linguagem o papel aglutinador das diversas disciplinas, já que elas se utilizam da língua e de outros códigos para expressarem seus conteúdos.

2.2 - Animação Cultural: integrando comunidade, cultura e escola

O resgate da própria cultura do povo seria uma tarefa da nossa escola pública, se realmente comprometida com as classes populares. A busca da própria identidade é um passo inicial para o processo de libertação.

O projeto de animação cultural desenvolvido nos CIEPs através da criação da figura dos animadores culturais⁴ teve, como preocupação básica, a busca da real integração escola/comunidade, trabalhando com valores culturais dessa comunidade.

Partindo de uma concepção mais abrangente da função escolar, cada CIEP trabalha no sentido de recuperar o papel político e social da escola, no contexto de uma relação mais ampla com a comunidade. A escola se integra à comunidade, contribuindo para a educação coletiva. Os pais dos alunos são chamados para discutir com os professores a educação de seus filhos e, cada professor, por sua vez, é permanentemente estimulado a visitar a comunidade para, com os pais e vizinhos, conhecer a realidade de seus alunos.

Neste processo de estreitamento de laços entre escola e comunidade, as atividades de animação cultural passam a ter especial importância. Além de contribuírem para a aprendizagem global dos alunos, pela valorização do trabalho criativo no espaço escolar, as atividades culturais possibilitam um reencontro com o próprio prazer de aprender.

No dia-a-dia dos CIEPs, a educação não pode mais ser dissociada das manifestações culturais e artísticas, sobretudo, daquelas que já se desenvolvem no interior da própria comunidade. Afinal, pelas

são a ponte viva que leva a comunidade para dentro da escola e vice-versa.⁵

2.3 - A avaliação

Nos CIEPs, era de suma importância que todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem participassem da avaliação. Desta forma, a avaliação não seria apenas uma avaliação do aluno, ~~ou~~ registro de conceitos ou notas para fins de aprovação e reprovação, mas um meio que possibilitasse a visualização e a condução do processo educativo como um todo.

Com essa perspectiva, a avaliação não seria apenas uma prática unilateral, realizada pelo professor sobre o aluno, através de testes e provas. Ela seria um processo participativo, onde alunos e professores, no fazer e refazer, se auto-avaliassem e avaliassem mutuamente.

Vista desta forma, a avaliação perdeu seu caráter tradicional de instrumento de poder e de exercício de autoritarismo. Transformou-se, pelo menos teoricamente, em instrumento para o aperfeiçoamento contínuo do trabalho pedagógico.

4. Os animadores culturais (três por CIEP) seriam artistas da própria comunidade na qual o CIEP estivesse inserido.

5. Livro dos CIEPs, 1985:p.49.

12.4 - No cotidiano, a interdisciplinariedade da proposta

Segundo Ivani Fazenda, há autores que confundem e em pobrecem a noção de interdisciplinariedade, estreitando seu // campo de atuação, comparando-a com as definições de integração, interação ou inter-relação.

Na construção do conhecimento, a integração das muitas ciências não garante a sua perfeita execução. A interdisciplinariedade surge, assim, como uma possibilidade de enriquecer e ultrapassar ^o a integração dos elementos do conhecimento.

A interdisciplinariedade perpassa todos os elementos do conhecimento, pressupondo a integração entre eles. Porém, não é correto concluir que ela é só isso pois, ao mesmo tempo, está marcada por um movimento ininterrupto, criando ou recriando outros pontos para a discussão.

A idéia de interdisciplinariedade é norteada por ei // xos básicos como: a intenção, a humildade, a totalidade, o respeito pelo outro. O que caracteriza uma prática interdisciplinar é o sentimento intencional que ela carrega. Não há interdisciplinariedade se não há intenção consciente, clara e objetiva por parte daqueles que a praticam. ← //

(Fazenda, 1992)

Em sua proposta político-pedagógica, os CIEPs tiveram como objetivo integrador das disciplinas, a formação e o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, através da elaboração de conceitos.

A língua portuguesa era vista como o elo interdisciplinar, já que todas as disciplinas, ao trabalharem seus conteúdos, se utilizavam prioritariamente da língua.

A interdisciplinariedade se dava a partir do objeti // vo integrador acima citado, em um jogo com os objetivos prin

cipais de cada disciplina. Tal proposta se caracterizava na relação político-social de todos os participantes do trabalho escolar, em uma interação permanente capaz de garantir o desenvolvimento do potencial criador e reflexivo, a livre expressão oral e escrita que permitisse a cada pessoa, uma linguagem própria, original, capaz de neutralizar o autoritarismo característico dos "lugares comuns" que inibem o pensamento crítico.

Através desta dinâmica de relações, o conhecimento seria construído num processo de descoberta, de compreensão e criação, estimulando o pensar e o agir. //

As várias disciplinas que compuseram o currículo dos CIEPs, no Primeiro Programa Especial de Educação, estavam intimamente relacionadas através de conceitos-chaves e apoiaram seus estudos e sua prática principalmente nos usos linguísticos (falar/ouvir, ler/escrever). Conhecer e dominar amplamente a sua língua, valorizando-a em suas várias formas de expressão, ricas em particularidades nos diferentes grupos sociais, nos encaminha para a interdisciplinaridade, integração dos saberes tão compartimentados em nossa sociedade, facilitando uma visão de mundo mais rica. //

O universo cultural dos alunos era o ponto de partida, dentro desse enfoque: onde vivem, suas experiências de vida, a lógica de pensamento, a sensibilidade, a expressão artística e corporal, o desempenho linguístico, a história que controem ou que é contruída para eles.

A função da arte na educação, tão esquecida em nossa educação brasileira foi resgatada na proposta dos CIEPs, contribuindo para a formação do homem criador, reflexivo e crítico. Sendo a arte o resultado de uma criação individual/coletiva dos homens sobre o mundo, busca-se a forma através da relação com o mundo interior e o exterior no tempo e no espa

ço. O sentimento, a fantasia, o lúdico, os valores estéticos culturais, a descoberta, a criação e o conhecimento são mobilizados na construção do pensamento sensível nas linguagens da arte, fortalecendo o grande prazer que é descobrir e aprender.

Da mesma forma, pensando no homem crítico e transformador, livre e libertador, as atividades físicas são essenciais. O brincar é a parte do movimento que, junto com as palavras e gestos, possibilita o domínio das linguagens e, em consequência, o domínio do conhecimento acumulado pela sociedade.

A Educação Física, longe de ser um conjunto de atividades cansativas, ao utilizarse de jogos, leva os alunos a discutir as incompatibilidades entre as regras oficiais e a realidade em que se dará a prática. Ao constatar que certas regras não servem a sua realidade, certamente os alunos, junto com o professor, estabelecem novas regras.

A integração das atividades físicas ao processo de aprendizagem escolar agiliza o desenvolvimento dos alunos, melhorando seu desempenho global.

O caminho interdisciplinar é amplo no seu contexto. Por isso, é necessário refletir sobre a necessidade de professores e alunos trabalharem juntos e vivenciarem uma ação educativa mais produtiva.

2.5 - Estudo Dirigido: uma aula de "reforço"

O Estudo Dirigido, no 1º Programa Especial de Educação, visava possibilitar ao aluno da escola pública um acompanhamento mais individualizado e mais sistemático de seu processo de aprendizagem, através da realização de exercícios de aplicação e/ou fixação do conteúdo ensinado em sala de aula. O Estudo Dirigido constituiu, também, na aplicação de jogos pedagógicos que propiciaram o desenvolvimento de habilidades ou estruturas lógicas, favorecendo a aprendizagem como um todo.

O Estudo Dirigido deveria estimular o aproveitamento individual e o coletivo mediante o incentivo a cooperação, socialização e solidariedade entre os alunos. O professor, por sua vez, orientava os trabalhos, levando em conta a experiência de vida e a cultura de origem de cada aluno.

2.6 - Outros projetos do projeto

Para que esta proposta político-pedagógica interdisciplinar ocorresse na prática foi necessário dar ao professor um embasamento teórico, num espaço de permanente discussão coletiva. Por isso, foi criado um esquema de treinamento para os professores, que se desenvolveu através de dois tipos de atividades:

- Treinamento Intensivo, com duração de três a dez dias, que consistia em um encontro com todos os profissionais de educação dos CIEPs e com o objetivo de colocar esses profissionais em contato com a proposta geral do Programa e as diretrizes básicas de cada segmento do 1º grau, abrangendo todas as disciplinas e colocando em discussão a atuação profissional específica, dentro da proposta educacional do CIEP.

- Treinamento em Serviço — propunha que, em cada CIEP, houvesse professor-orientador ou coordenador de cada disciplina específica. Eram oferecidos encontros pedagógicos, com os professores-orientadores* para que estes, em horário garantido dentro do CIEP, pudesse repassar aos demais professores as experiências vivenciadas.

Além de uma proposta político pedagógica inovadora, os CIEPs continham ainda dois projetos que perpassavam pelo seu cotidiano: Educação Juvenil e Alunos Residentes.

A Educação Juvenil se destinava a jovens analfabetos, de 14 a 20 anos, funcionando em horário noturno, uma vez que os jovens das classes menos favorecidas, nesta faixa etária, já trabalham.

* P.Orientador: sua especificidade.

O Projeto dos Alunos Residentes destinava-se à mora dia para doze alunos, no próprio CIEP, com o objetivo principal de manter estas crianças na escola, evitando sua evasão, quando vivenciam situações "emergenciais". As crianças seriam assistidas em caráter de rodízio, mas nunca com caráter de internato ou substituição da família.

Desmistificando a conotação de assistencialismo que o oferecimento dessas condições possa ter, propõe-se nesta nova escola um tipo de educação capaz de desenvolver uma cons ciência crítica que leve a encarar o que seria privilégio co mo direito e que promova a discussão, a dúvida, o questionamento, a abertura para a mudança e a atuação efetiva nas transformações sociais.

O SEGUNDO PROGRAMA ESPECIAL
DE EDUCAÇÃO

Entre os anos de 1987 e 1990, o Primeiro Programa Especial de Educação não foi à frente por motivos políticos partidários. O governador eleito, nesta época, pertencia a outro partido político, que abandonou a proposta dos CIEPs, transformando-os em escolas públicas convencionais, e até mesmo utilizando os prédios dos CIEPs para outros fins alheios às questões educacionais.

Porém em 1991, o Programa Especial de Educação no Estado do Rio de Janeiro foi reimplantado, tendo à frente o professor Darcy Ribeiro - idealizador da proposta dos CIEPs - com uma equipe pedagógica que reassumia a tarefa de repensar a educação e contruir uma escola pública que respondesse aos desafios do tempo presente. Um dos seus objetivos, era o preparo de professores que se dispusessem a oferecer às crianças provenientes de qualquer classe social, condições para que se tornassem cidadãos capazes, participativos e atuantes na sociedade.

Diz o Segundo Programa Especial de Educação que, no CIEP, as ações pedagógicas desenvolvidas emanam de uma visão interdisciplinar, de modo que o trabalho de cada professor integre e complemente o trabalho dos demais.

Um elemento fundamental de sua proposta pedagógica é o respeito ao universo cultural dos alunos. Apesar de saberem e fazerem muitas coisas que garantem sua sobrevivência, sozinhas elas não têm condições de aprender o que é necessário para participar da sociedade letrada. A tarefa primordial do CIEP, então, é a introdução da criança no domínio do código culto, mas valorizando a vivência e a "bagagem" de ca

da uma delas. A escola deve servir de "ponte" entre os conhecimentos práticos, já adquiridos pelo aluno, e o conhecimento formal exigido por essa sociedade letrada.

Partindo da realidade concreta dos seus alunos, os professores motivam todos a falar e a participar, a contar suas experiências pessoais e a comunicar seu pensamento.

Conscientes do importante papel que desempenham no CIEP, os professores devem empenhar-se em promover a autoconfiança dos alunos, para que eles sintam vontade real de aprender cada vez mais, respeitando as linguagens regionais e a fala coloquial; estimulando as crianças a compreender e a questionar a realidade que as cerca, através de um projeto integrado.

O que se quer com os CIEPs é proporcionar, às crianças das classes sociais menos favorecidas, aquele mínimo indispensável que está expresso na Declaração Universal dos Direitos da Criança: o direito à alimentação, moradia, recreação, atendimento médico, para que possa se desenvolver de modo natural e saudável e em condições de liberdade e dignidade; o direito de receber uma educação que promova sua cultura geral e lhe dê oportunidades de aguçar seu senso crítico e seu senso de responsabilidade social e moral, para que possa tornar-se um cidadão útil.

3.1 - Alfabetização: trabalhando a linguagem e a escrita

A criança, ao chegar à escola, já se comunica em seu meio familiar, dando conta de compreender o que lhe é dito e de fazer os outros compreenderem o que diz. Mas, dependendo das características do seu contexto social e em virtude de sua pouca idade, seu vocabulário é ainda escasso e as estruturas frasais que domina são as mais elementares. É tarefa da escola proporcionar as crianças condições e oportunidades para que amplie e aprimore o seu domínio linguístico.

No Segundo Programa Especial de Educação, ao lado do respeito à linguagem que a criança já domina, outras modalidades de linguagem vão sendo exploradas, num percurso que vai da linguagem tosca, carregada de expressões informais, cotidianas e familiares, até o desenvolvimento da linguagem que permita a essa criança expor seus pensamentos com organicidade e lógica, argumentar e defender suas próprias idéias, justificar seu ponto de vista ao aceitar ou recusar uma proposta.

O domínio da linguagem oral contribuiu para se alcançar o domínio da escrita. É o caminho natural. A linguagem interior da criança, seu pensamento sobre o real, que mesmo sendo interior já é linguagem e deve encontrar condições propícias para se exteriorizar em forma de linguagem escrita ou de discurso oral.

A criança, como diz Emília Ferreiro, se coloca problemas, pensa, raciocina e inventa, buscando compreender esse objeto social particularmente complexo que é a escrita, tal como ela existe na sociedade.

O que se propõe é dar a sala de aula uma outra dinâmica. Uma metodologia que use para ensinar a ler a mesma unidade linguística que é usada na vida para conversar, para

contar e ouvir casos, para descrever um passeio, falar de sentimentos e comunicar fatos: o texto.

É através do uso constante e significativo da linguagem escrita que se espera formar leitores e escritores, condição indispensável para ampliar suas formas de participação na sociedade letrada.

3.2 - Animação Cultural

No cotidiano dos CIEPs, a educação é pensada como um processo dinâmico que acompanha os indivíduos por toda a vida, sendo impossível concebê-la dissociada de seu contexto cultural. Educação e cultura se articulam, num processo que poderia ser caracterizado como uma verdadeira simbiose: cultura irriga e alimenta a educação que, por sua vez, atua, também como meio de transmissão da cultura.

No Segundo Programa Especial de Educação, a animação cultural é desenvolvida nos CIEPs como um processo conscientizador, que resgata o papel social e político da escola. Funciona como um elo integrador entre a escola e a comunidade, uma vez que, conhecendo suas necessidades, transforma-se em ponte entre as suas manifestações culturais, seus anseios e valores, articulando-os com o processo pedagógico escolar.

Atuando em parceria com a comunidade e com a escola, o animador cultural tem um papel relevante para que a prática escolar realmente se transforme e se efetive numa postura democrática. Uma vez de posse das reais aspirações da comunidade e da identificação de seus valores, pode ele interagir no processo educacional.

Ao trazer contribuições que enriqueçam o universo da escola, a animação cultural abre caminho para que a cultura universal (popular e erudita) enriqueça o processo de aprendizagem da escola.

Através da ação cultural ininterrupta, crianças jovens e adultos podem fazer do CIEP um espaço de vida e educação, permeável à troca dos mais diferentes saberes.

3.3 - Avaliação continuada

O Segundo Programa Especial de Educação considera prioritária uma discussão profunda sobre avaliação, buscando a interpretação dos professores a respeito de dois conceitos básicos: o sucesso e o fracasso.

Existe uma forma de avaliar onde predomina a função classificatória e seletiva, cujas técnicas empregadas têm como objetivo verificar o grau de adiantamento dos alunos. São, em geral, realizadas em momentos estanques, em final de período (bimestre, semestre e fim de ano) e sua aplicação limita-se a contatar e registrar os resultados, sem chances de modificá-los.

Através dos instrumentos utilizados, o professor exerce o poder quase absoluto sobre a turma. Em função disto, a avaliação é sempre individual e individualista, apenas os "melhores" sobrevivem à seleção.

A verdade é que fatores decisivos para o processo de aprendizagem, tais como: a atuação dos professores, a qualidade e a adequação de programas e experiências curriculares, os recursos didáticos e materiais disponíveis, a relação da escola com a comunidade e a inserção do aluno na vida sociocultural têm se mantido isentos de qualquer exame. Nenhum destes elementos é avaliado. Isto significa ignorar o quanto esses aspectos podem influenciar a aprendizagem e creditar unicamente ao aluno a responsabilidade pelo seu desempenho.

Tradicionalmente, é a função classificatória que tem predominado nas práticas avaliativas. Esta adoção define o tipo de relação existente nas escolas: avalia-se, melhor dizendo, verifica-se a quantidade de informações que os alunos conseguiram memorizar, rotulamos (fortes, fracos, regula

res etc) e não passamos disso.

Despreza-se o instrumental mais valioso e adequado à verificação de uma aprendizagem em processo - a análise do cotidiano da escola.

De acordo com o Segundo Programa Especial de Educação é muito importante que se faça uma análise abrangente de todos os segmentos envolvidos no processo, para que educadores, comprometidos com a construção de uma escola democrática, repensem sua prática a partir da (re) definição de suas intenções.

Propõe-se que nos Conselhos de Classe, que ocorrem durante o ano letivo, escola, professores e alunos se avaliem uns aos outros, num processo dinâmico que inclua a abertura às mudanças, de tal forma que a ^{avaliação} progressão contínua¹ se efetive representando, na prática, um permanente processo de crescimento.

Para transformar o cotidiano escolar, a avaliação passa a ter outra função e de grande importância - o diagnóstico.

É a avaliação diagnóstica que vai indicar se o professor deve continuar ou redirecionar sua prática docente.

1. Ao se propor a ^{avaliação} progressão contínua, o que pretende é acabar com a contradição que existe hoje nos sistemas que supõem uma avaliação integral e medem apenas (e mal) a quantidade de informações que o aluno deve adquirir.

3.4 - O planejamento integrado

Transpor os muros da escola e trazer para seu interior informações acerca do mundo, através de atividades que privilegiam a cultura, a ciência e a tecnologia, são pré-requisitos básicos para uma educação que possibilite a reinterpretação crítica das visões de mundo que as camadas populares vêm construindo ao longo de sua história.

É preciso que o professor conheça como se dá o processo de apreensão, por parte das classes menos favorecidas da sociedade, das questões que permeiam seu dia-a-dia. A partir daí, numa ação intencional e crítica, que caracteriza uma educação escolar emancipatória e transformadora, o professor irá construir com seus alunos conhecimentos que dêem um sentido científico ao saber que já possuem.

De acordo com a proposta do Plano Básico de Estudos², a ação pedagógica desenvolvida no CIEP deve ser orientada em torno de três diretrizes: a sócio-política, a linguístico-cultural e a do conteúdo das disciplinas, garantindo-se a articulação e a complementação entre as três linhas que devem ser trabalhadas simultaneamente, assim como as diferentes áreas de estudo que compõe a escola básica.³

2. O Plano Básico de Estudos foi elaborado pela Secretaria Estadual de Educação e apresenta uma orientação para a organização dos currículos das escolas públicas estaduais que oferecem o ciclo básico com os primeiros cinco anos de escolaridade.

3. Ainda que o Plano Básico apresente as diferentes áreas do conhecimento em quadros estanques, cumpre esclarecer que esta é uma divisão didática que, se utiliza na prática, fragmenta o processo de construção do conhecimento.

No CIEP, por sua característica de Escola de Horário Integral e pela diversidade de atividades que o integram, o Plano Básico de Estudos, além de ser o referencial do planejamento integrado, é complementado e enriquecido da maneira a atender à especificidade dessa escola.

O Plano Básico torna-se, assim, um instrumento facilitador⁴ da integração e um ponto de partida para a ação /criação coletiva de todos os setores do CIEP, unidos num planejamento participativo.

A relação entre o trabalho do professor que assume as práticas educativas e dos demais profissionais que atuam no CIEP torna-se estreita quando vista sob o enfoque de um planejamento integrado. Ao pesquisar o universo cultural do aluno, o professor deverá valer-se da ação do animador, cujo desempenho privilegia a coleta de informações de extrema riqueza, para dinamização das atividades a serem desenvolvidas na sala de aula.

O conhecimento preliminar da realidade da comunidade, na qual o CIEP está inserido, deve ser utilizado como fonte prioritária para o planejamento de uma ação educativa que tenha como ponto de partida a leitura de um mundo particular, leitura esta, que pouco a pouco deve ser ampliada de maneira a deixar de ser local, para ser instrumento de interpretação crítica da realidade social e histórica. É como diz Paulo Freire: "A leitura do mundo precede a leitura da palavra."⁴

É importante que, ao analisar as informações, se procure descobrir as características, causas e inter-relações dos problemas dados ou levantados. Este é um princípio integrador das atividades a serem propostas aos alunos pelo conjunto de profissionais da escola.

4. Ver FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler. ed. Cortez.

O planejamento é um processo permanente que se formula, sempre, com base em novas problemáticas, resultantes da interação do homem com seu meio social e cultural.

Para o Segundo Programa Especial de Educação, os professores envolvidos no planejamento devem buscar alternativas de trabalho que integrem conceitos e conteúdos das diferentes áreas, que possibilitem uma compreensão do conhecimento enquanto construção humana e, portanto, em constante transformação. O ponto de partida desse trabalho é sempre a realidade cotidiana, permeada pelo senso comum para que, a partir do trabalho pedagógico, ela se retorne num nível de apreensão do conhecimento mais elabora e crítico.

3.5 - Estudo Dirigido: trabalhado com a leitura e a pesquisa

A grande maioria das famílias das crianças das classes populares possuem pouco ou nenhum domínio dos conhecimentos, em geral, cobrados no meio escolar. Muitos não chegaram a alcançá-los, no pouco convívio com o processo formal de educação, ou então, o que adquiriram já se perdeu, inseridos em profissões onde aqueles conhecimentos não foram necessários. Nem a vida lhes ofereceu oportunidades ou estímulos para que se atualizassem.

Pensando nisso, o 2º Programa Especial de Educação, traz uma nova proposta para o Estudo Dirigido, cujo seu alicerce é a construção do conhecimento como fator de emancipação. Seus eixos norteadores são os atos de ler e pesquisar - englobando na acepção de leitura o prazer, o lúdico, o enriquecimento do imaginário e também o aspecto da informação, da busca de respostas sobre o real.

O Estudo Dirigido tem por objetivos, promover o convívio das crianças com bons títulos da literatura infantil, de modo a favorecer a formação do aluno-leitor; desenvolver propostas de trabalho que concorram para a formação do gosto pelo estudo, coletivo e individual; retomar conceitos trabalhados em sala de aula, quando necessário, de modo que possa contribuir enquanto alternativa para a solução de dificuldades, através de atividades diversificadas.

3.6 - Outros projetos do projeto

A formação essencialmente teórica, como a que tem sido oferecida nos Cursos de Formação de Professores no 2º grau, tem se mostrado insuficiente. Ao chegar às escolas e se depararem com todos os seus problemas, peculiaridades e contradições, muitas vezes os professores sentem-se inseguros e se fecham numa redoma de preconceitos e estereótipos.

É preciso, portanto, que essa formação se dê com maior profundidade nos temas que dizer respeito às questões teórico-metodológicas e aos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento, mas que ela ocorra diretamente ligada à vivência prática das questões abordadas e analisadas.

Mais ainda, é preciso que ele tenha acesso à produção cultural de sua sociedade com a multiplicidade de visões que ela apresenta, em contato direto com a cultura da comunidade em que a escola está inserida.

Pensando nisso, criou-se, em 1992, a partir de um projeto do professor Darcy Ribeiro, o Curso de Atualização de Professores de Escolas de Horário Integral, fruto de um convênio da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais⁴ com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O curso realizado no próprio CIEP, previa que os professores cumprissem oito horas de formação e aperfeiçoamento, sendo quatro de prática docente orientada, uma com atividade de Estudo Dirigido e três horas de aprofundamento pedagógico.

5. A Secretaria Extraordinária de Programas Especiais tem a função de atender e cuidar das questões pertinentes ao 2º Programa especial de Educação.

O CIEP caracteriza-se como uma escola de horário integral para os alunos e, também, um espaço de formação e atualização profissional para os professores, articulando teoria e prática, no fazer e refazer cotidiano da escola, para que este professor seja capaz de construir, analisar, criticar, enfim, teorizar sua prática pedagógica com autonomia e consciência do momento histórico-social e de sua dinâmica.

Nas três horas diárias dedicadas aos estudos, realizam-se discussões de tema relevantes, leitura e debates da série de fascículos denominada Informação Pedagógica⁵ e demais publicações do 2º Programa, elaboração do planejamento e avaliação das atividades com os alunos, e ainda o acompanhamento de curso à distância, por televisão. Este curso é constituído por vídeos produzidos pelo 2º Programa Especial de Educação abordando questões pedagógicas e culturais bem como os conteúdos de diversas disciplinas.

O programa de Educação Juvenil visa o atendimento de jovens de 14 a 22 anos, tendo como objetivo o resgate social dessa clientela, através de uma prática político-pedagógica coerente com as suas necessidades e respeitando seus valores.

Uma das metas da Educação Juvenil no 2º Programa, é repensar o relacionamento do aluno do horário noturno com a escola, uma vez que, ao longo dos anos, este tem sido encarado de forma preconceituosa e discriminatória, considerando-o menos capaz, o mais problemático e o que apresenta os "piores resultados". Em lugar de práticas assistencialistas, um trabalho que busca promover a cidadania e levar o jovem a uma auto-avaliação.

6. A Revista Informação Pedagógica deverá ser publicada em 20 fascículos e constar de uma série de textos informativos e reflexivos destinados aos professores que atuam no CIEP.

Já o Projeto dos Alunos Residentes possui um forte conteúdo social e democrático, na medida em que lida com crianças socialmente desiguais, a partir de suas próprias características e situação de vida. Entre os "socialmente desiguais", o aluno residente se caracteriza por viver situações sociais críticas, as quais, quando não atenuadas ou solucionadas, costuma gerar vários problemas, inclusive a evasão e a não matrícula na escola. Nesse sentido, o abrigo na residência configura-se como um recurso para interromper esse processo de marginalização da criança, evitando sua evasão da escola e inserindo-a no sistema escolar.

A atual legislação destinada à infância e à juventude brasileira - o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) - elimina a antiga discriminação entre criança e "menor", no que foi precedido pelo Programa Especial de Educação com o Projeto dos Alunos Residentes. Antecipando-se ao Estatuto, previu abrigo como uma unidade pequena, à semelhança de um lar, exigência da lei atual.

A presença do aluno residente no CIEP, dá concretude às intenções de uma escola democrática, definidas no Programa Especial de Educação.

COMPARANDO OS PROGRAMAS

ESPECIAIS DE EDUCAÇÃO

Parece-me que as propostas de escola pública de tempo integral surgiram como uma "solução nova" para os problemas gerados pela crise econômica no âmbito educacional.

Os projetos de escolas públicas de horário integral investem maciçamente na questão da socialização, embora, não descuidem dos objetivos especificamente instrucionais. Tal investimento parte do pressuposto de que a forma de enfrentar o problema do chamado "menor de rua" passa pela sua formação enquanto pessoa. Daí, o empenho da "formação integral" do educando.

Antigamente, as escolas de horário integral atendiam às crianças cuja família tinham melhor posição econômica e as enviavam para internatos ou semi-internatos para receberem uma educação de alto nível.

Com o passar do tempo, a retomada da proposta de escolas de horário integral ganhou novo significado. Hoje, a escola de tempo integral é proposta para os segmentos da sociedade de baixa renda e é responsabilidade do poder público estadual.

No que se refere aos CIEPs, muitas críticas surgiram desde que foram implantados em 1985. Houve também, quem os defendessem alegando que essas escolas seriam a solução para os problemas sociais e econômicos.

Entre os dois Programas Especiais de Educação desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro, há algumas semelhanças que são essenciais. Além da arquitetura, em ambos os Programas, não há como separar linguagem e cultura. Pois, por um

lado, a linguagem que os alunos utilizam é expressão de sua própria cultura. Por outro lado, a escola se propõe a introduzir os alunos nas "normas cultas" da linguagem tomando como ponto de partida, suas diferentes formas de expressão e os conteúdos sobre os quais se expressam.

Cabe à animação cultural despertar no aluno, a importância de sua cultura e integrar a escola à comunidade.

A linguagem, seja ela oral ou escrita, e a cultura, são os elos de integração de toda a proposta pedagógica pois uma depende e completa a outra.

A preocupação básica do trabalho de alfabetização dos CIEPs é com o domínio da língua falada e escrita de acordo com as normas cultas. Porém, o professor precisa aceitar e respeitar a linguagem regional e a fala coloquial e, valendo-se delas ajuda o aluno a ampliar e aperfeiçoar sua fala e escrita. Por isso, a linguagem é entendida como um elemento aglutinador da aprendizagem e facilitador do desenvolvimento crítico e reflexivo dos alunos.

As propostas pedagógicas dos dois Programas indicam, também, a necessidade de que sejam revistas as formas de avaliação atualmente empregadas pela escola e condenam o uso corrente que o professor faz da avaliação para manter autoritariamente sua "autoridade". As propostas sugerem que a avaliação seja empregada como um instrumento para o aperfeiçoamento contínuo do trabalho pedagógico, incidindo principalmente sobre os acréscimos que a criança faz ao saber que já possui, ao invés de centrar-se sobre o saber que lhe falta para adequar-se à cultura formal. Nesta linha, a avaliação deve preocupar-se com a aferição não só do rendimento dos alunos mas também, do próprio trabalho docente.

O que se pretende nas duas propostas elaboradas para os CIEPs é que o trabalho do professor seja desenvolvido

de forma interdisciplinar, de modo que as atividades de um ||
integre e complemente as atividades dos demais profissionais
que atuam no interior do CIEP.

O Projeto de Educação Juvenil do 2º PEE* foi basicamente o mesmo adotado em 1985, no 1º PEE: alfabetizar jovens, com idades entre os 14 e 22 anos, no horário noturno, uma vez que, nesta faixa etária, os jovens das classes menos favorecidas da sociedade já trabalham para ajudar suas famílias.

Com o Projeto dos Alunos Residentes aconteceu o mesmo. A proposta do 1º PEE foi mantida na reimplantação dos CIEPs, em 1991. Evitar que as crianças das classes menos favorecidas se evadissem ou não fossem matriculadas devido aos diferentes problemas por que passam.

Para que essa prática pedagógica interdisciplinar ocorresse foi necessário oferecer ao professor um treinamento onde pudesse entrar em contato com a proposta político-pedagógica dos CIEPs. E um treinamento constante no interior da escola, onde os professores pudessem discutir, refletir e avaliar suas práticas docentes.

Vale ressaltar que o 2º PEE oferece, aos professores, uma série de materiais - escritos e audiovisuais - produzido e publicados pela Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, com o objetivo de enriquecer o treinamento diário.

Também no 2º PEE, os professores contam com o Plano Básico de Estudos e o Caderno de Atividades onde podem encontrar subsídios para elaborarem seu planejamento.

O Estudo Dirigido, que no 1º PEE era visto como uma aula de "reforço", ^o a partir da reimplantação dos CIEPs, em ||

7. PEE é a abreviatura de Programa Especial de Educação

1991, passa a ser uma atividade onde a leitura e a pesquisa estão sempre presentes. Através de um trabalho diversificado, o Estudo Dirigido teria como objetivo básico desenvolver o ~~o~~ gosto pela leitura e pelo estudo. Trabalhando com o lúdico e procurando desenvolver a curiosidade infantil estabelecendo, junto à criança, a prática de buscar, por si mesma, as respostas para suas indagações.

A ampliação do horário escolar nas escolas de 1º grau são importantes, principalmente, para as crianças das classes populares. Pois, essas crianças chegam à escola com uma experiência de vida que não lhes proporciona, de imediato, os estímulos que as tradicionais tarefas escolares exigem.

Além disso, essas escolas garantem o acesso aos conhecimentos culturais e o desenvolvimento do raciocínio e da crítica que, em geral, é vedado às crianças das classes populares, através de uma proposta pedagógica inovadora.

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO, Luiz Orlando & CAVALCANTI, Ines Carneiro. O ABC do Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.
- EBONI, Terezinha. Uma Experiência de Educação Integral. FAPERJ, 1983.
- FAZENDA, Ivani (org.). Práticas Interdisciplinares na Escola, ed. Cortez, 1991.
- FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre Alfabetização. ed. Cortez 23ª edição, São Paulo, 1994
- FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler. São Paulo, ed. Cortez, 29ª edição 1994.
- RIBEIRO, Darcy. O Livro dos CIEPs. Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1986.
- PARO, Vitor Henrique. Escola de Tempo Integral: Desafio para o ensino público. São Paulo, Cortez, 1988
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez, 25ª edição, 1991.
- _____ Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Cortez, 1991, 10ª edição.
- SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: Plano Básico de Estudos para as séries iniciais do ensino básico.